



Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Associação Brasileira de Antropologia
Relatório de atividades 2023 – 2024

Em atenção ao pedido da Diretoria da ABA, apresentamos uma síntese das atividades realizadas pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (CEC&T) durante o biênio 2023–2024. A composição da CEC&T neste período seguiu a orientação da ABA de garantir diversidade de gênero, etnia/raça, geração, região e instituições, sendo formada pelos seguintes membros:

Ana Maria Rabelo Gomes (UFMG, 2023-2024)
Andrea Ciacchi (UNILA, 2023)
Beatriz Martins Moura (INCTI-UnB, 2023-2024)
Clarice Cohn (UFSCar, 2023-2024)
Edilma do Nascimento Souza (Univasf, 2023-2024)
Eduardo Valente Dullo (UFRGS, 2023)
Guillermo Vega Sanabria (UFBA, Coordenador, 2023-2024)
Luiz Alberto Alves Couceiro (UFMA, 2023-2024)
Suzana Cavalheiro de Jesus (Unipampa, 2023-2024)

A professora Eliane Umutina (Eliane Boroponepá Monzilar), antropóloga indígena do Mato Grosso, foi convidada a integrar a Comissão. No entanto, sua participação não se concretizou devido a dificuldades de agenda.

As atividades da Comissão basearam-se inicialmente no Plano de Trabalho apresentado à ABA em abril de 2023, ajustado ao longo do período para atender a demandas da Diretoria e de associados. Durante o biênio, o foco esteve em assuntos relativos à formação em antropologia e à profissionalização na área.

As mudanças ocorridas nas Instituições de Educação Superior (IES) brasileiras nas últimas duas décadas têm impactado diretamente o diálogo sobre ensino e aprendizagem em Antropologia. Por um lado, observa-se o aumento do número de Programas de Pós-Graduação em Antropologia, cursos de Ciências Sociais e graduações específicas em Antropologia, impulsionados pela relativa expansão do ensino superior a partir dos anos 2000. Por outro lado, destacam-se os efeitos das ações afirmativas no acesso ao ensino superior, beneficiando alunos oriundos de escolas públicas, predominantemente das classes populares, negros e indígenas. Atualmente, mais da metade dos universitários brasileiros são negros, conforme dados oficiais, embora persistam desigualdades estruturais. Esse cenário tem ampliado as demandas por uma educação antirracista, pela atualização do cânone antropológico, pela pluralidade epistemológica e por maior representatividade social, demandas diretamente ligadas às transformações nas IES.

Nesse contexto, merecem destaque os seguintes temas e atividades realizadas pela CEC&T:

1) Educação escolar indígena.

A Comissão colaborou em discussões e atividades diversas, relacionadas à educação indígena, com a liderança da profa. Ana Maria Gomes. As principais ações foram: a) consultas sobre a criação da universidade indígena. Em particular, a elaboração de orientações metodológicas para a consulta proposta pelo Ministério da Educação (MEC), a participação em seminários organizados em Campo Grande, Porto Velho, Chapecó, São Paulo e Belo Horizonte, assim como a contribuição da profa. Ana Maria no relatório regional Sudeste/Sul como membro da equipe de relatoria. b) Representação em comissões e grupos de trabalho por meio da indicação da profa. Ana Maria como representante suplente da ABA na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), instituída pela Portaria nº 995, de 23 de maio de 2023. Igualmente, a participação no Grupo de Trabalho Universidade Indígena, criado pela Secadi/MEC, para discussão e aprovação do documento final da consulta. Enfim, a atuação no Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) por meio de atividades e debates promovidos pelo Fórum, assim como a organização de ações relacionadas ao tema na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (34ª RBA).

Essas iniciativas reforçam o compromisso da CEC&T com a valorização da educação indígena e a promoção de maior diversidade e inclusão no ensino superior brasileiro.

2) A escola como arena, instrumento e alvo de disputas públicas

Com a participação do prof. Eduardo Dullo, foi proposto um evento acadêmico de alcance nacional, originalmente submetido ao Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP, Edital N° 11/2023) da Capes, onde foi aprovado por mérito acadêmico, mas não recebeu financiamento. A CEC&T então organizou o Simpósio Especial “A escola como arena, instrumento e alvo de disputas públicas” durante a 34ª RBA, sob a coordenação do prof. Guillermo Vega Sanabria. O Simpósio foi composto por três sessões:

Sessão 1 - Etnografia de/nas escolas, educação e democracia. Participantes: Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC), Bóris Maia e Silva (UFRJ) e Emilene Leite de Sousa (UFMA); debatedora: Mylene Mizrahi (PUC-RIO).

Sessão 2 - Ensinando “temas sensíveis” na escola. Participantes: Anna Paula Vencato (UFMG), Livia Tavares Mendes Froes (IFBAIANO) e Maria Filomena Gregori (UNICAMP); debatedor: Paulo Victor Leite Lopes (UFRN).

Sessão 3 - Da sociabilidade e das formas de violência nas escolas. Participantes: Ana Maria Rabelo Gomes (UFMG), Nathalie Le Bouler Pavelic (Paris 8) e Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ); debatedor: Diogenes Egidio Cariaga (UEMS).

O Simpósio teve como objetivo analisar as disputas públicas que envolvem as escolas como arena, instrumento e alvo. Algumas dessas disputas são antigas no Brasil, como as relacionadas ao ensino religioso, cívico e moral ou as permanentes tentativas de reforma educacional – vide o “Novo Ensino Médio”. Outras são recentes, como os enfrentamentos em torno da “ideologia de gênero”, da “escola sem partido”, do homeschooling, da militarização das escolas ou da resposta e explicações aos ataques armados em escolas pelo país afora.

Nosso pressuposto é que no cerne dessas disputas estão os direitos conquistados por grupos historicamente marginalizados; primeiro as mulheres e o movimento feminista, no raiar do século XX e, depois, as pessoas LGBTQ+, negros, povos indígenas, comunidades quilombolas, jovens e crianças, imigrantes, etc. Tais avanços concretizam-se no âmbito escolar nas modalidades especializadas da educação, no ensino de história e cultura afro-brasileira e

indígena e nas ações afirmativas, por exemplo. Contudo, existe ao mesmo tempo um movimento de agendas ultraconservadoras, mais visível entre os adultos, mas também presente entre os mais jovens, nas escolas, na forma de posturas antifeministas, racistas, xenófobas, LGBTQfóbicas e que banalizam ou exaltam abertamente a desigualdade e a violência. O Simpósio focou nos paradoxos do discurso da diversidade neste contexto e nos desafios etnográficos e analíticos colocados pela experiência daqueles que vivenciam estes fenômenos.

3) Egressos das ciências sociais e/ou da antropologia em concursos públicos.

A CEC&T colaborou na formulação de manifestações da ABA sobre concursos públicos que excluía ou restringiam a participação de graduados em Antropologia e/ou Ciências Sociais. Essas manifestações consolidaram uma compreensão e posicionamento institucional sobre o tema. A seguir, sintetizamos os argumentos centrais:

a) Ofício nº 002/2024/ABA de 26 de janeiro de 2024,

Encaminhado ao Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A ABA, juntamente com o Fórum das Coordenações dos Cursos de Graduação em Antropologia, solicitou a retificação do Edital 05/2024, referente ao concurso público nacional unificado, para corrigir as exigências de formação nas especialidades Antropologia (B5-02 na FUNAI e B5-04 no INCRA).

O edital desconsiderava a graduação em Antropologia como critério de habilitação ao cargo, priorizando diplomas em Ciências Sociais ou outras graduações acompanhadas de pós-graduação em Antropologia. Tal exclusão foi considerada um grave erro, especialmente considerando que a especialidade requerida era, precisamente, Antropologia.

Entre os argumentos apresentados pela ABA para a retificação do edital, apontaram-se:

- Reconhecimento da graduação em Antropologia: cursos de graduação em Antropologia, como os da UFF, UFMG, UFOPA, UFSC e UNIVASF, têm obtido notas de excelência em avaliações externas do INEP, demonstrando qualidade e rigor acadêmico.
- Competência e qualidade da formação dos egressos: esses cursos possuem estrutura curricular sólida, com foco em pesquisa e atuação profissional, e abordam temas diretamente relacionados

às atribuições da FUNAI e do INCRA, como etnologia indígena, políticas indigenistas, antropologia ambiental, desenvolvimento agrário e elaboração de laudos antropológicos.

- Conformidade com Diretrizes e Leis Nacionais: as matrizes curriculares desses cursos estão alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da área e legislações específicas, como as relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental e Direitos Humanos.

Portanto, a ABA, o Fórum de Coordenadores dos Cursos de Antropologia e a CEC&T sugeriram a seguinte redação para o edital, ampliando as formações aceitas, sem prejuízo aos graduados em Ciências Sociais:

Certificado de conclusão de curso ou diploma de bacharelado em Antropologia, devidamente registrado, em curso reconhecido e credenciado pelo Ministério da Educação; ou qualquer outro curso de graduação de nível superior com pós-graduação *stricto sensu* em Antropologia, em curso reconhecido e/ou avaliado pela CAPES.

Essa proposta reforçava a inclusão de graduados em Antropologia, alinhando o edital às demandas por equidade e ao reconhecimento das competências específicas da área.

b) Comunicação ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em setembro de 2024.

A ABA manifestou-se sobre o edital do concurso público para Técnico de Nível Superior em Antropologia no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, destacando a falta de compreensão das especificidades da formação de antropólogos no Brasil. Neste caso, para ressaltar o fato de que graduandos em Ciências Sociais estão habilitados a atuarem como antropólogos e aptos a assumirem os cargos objeto do referido concurso. Entre as justificativas apresentadas apontou-se:

- Reconhecimento da formação em Ciências Sociais: os cursos de Ciências Sociais, reconhecidos pelo MEC, habilitam seus egressos em Antropologia, Sociologia e Ciência Política, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES nº 492/2001, nº 1.363/2001 e Resolução CNE/CES nº 17/2002). As matrizes curriculares incluem disciplinas, pesquisa e práticas profissionais em Antropologia, atendendo a legislações como a Lei nº 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares para Educação Ambiental e Direitos Humanos.

- Histórico e distribuição de cursos de Graduação em Antropologia: os cursos de Ciências Sociais têm maior tradição no Brasil, enquanto os de Antropologia foram criados entre 2006 e

2016, totalizando atualmente apenas 12 cursos, todos em universidades públicas. No Centro-Oeste, não há cursos de graduação em Antropologia, sendo os antropólogos da região tradicionalmente formados em Ciências Sociais.

- Reconhecimento institucional: O Estatuto da ABA reconhece explicitamente o Curso de Ciências Sociais na formação do antropólogo, ao definir a categoria de sócio graduado: “A categoria graduada é reservada às pessoas com título de Bacharel em Antropologia, graduação em Ciências Sociais com ênfase, habilitação ou concentração em Antropologia, em cursos presenciais devidamente credenciados pelo MEC, desde que tenha sido orientado ou orientada por antropólogo ou antropóloga associado ou associada na categoria efetiva da Associação Brasileira de Antropologia (ABA)”.

Dessa forma, a ABA reforçou a legitimidade da formação em Ciências Sociais como critério válido para habilitação ao cargo, promovendo a inclusão e valorização de egressos desses cursos no edital do concurso.

4) Os cursos de Antropologia na Educação a Distância (EaD).

A CEC&T realizou um balanço inédito sobre os cursos de Antropologia ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD) no Brasil. A iniciativa, solicitada pela Diretoria da ABA, foi motivada por informações circulantes na Internet sobre o envolvimento de organizações religiosas e missionárias nessa oferta. O estudo abrangeu os seguintes aspectos: i) a criação desses cursos, em meio à relativa expansão do sistema universitário nas últimas duas décadas, conforme dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2024); ii) as informações oficiais sobre esses cursos, disponíveis em canais e bases de dados do Ministério da Educação (MEC); iii) o quadro legal do ensino superior no Brasil e a regulação da EaD; iv) uma série de temas emergentes para uma agenda de trabalho da ABA nessa área.

O período analisado no trabalho, de 2008 até 2023, reflete parcialmente os efeitos da relativa expansão do ensino superior no Brasil, a partir dos anos 2000, e contempla o aumento dos cursos de Antropologia em diferentes níveis. Porém, se até então o interesse da ABA se concentrou nos cursos presenciais de pós-graduação *stricto sensu*, a novidade aqui é a disponibilização, pela primeira vez, de informações sobre cursos *lato sensu* de Antropologia na EaD. Nesse contexto, o relatório final aponta o crescimento da oferta de cursos de antropologia na EaD, especialmente em nível de especialização (pós-graduação *lato sensu*), além de registrar

a existência de ao menos um curso de bacharelado online na área. Por isso, é importante aprofundar no conhecimento de como surge e se organiza essa oferta, haja vista novas situações na história da disciplina no Brasil, como o fato de que praticamente todas as instituições que oferecem especializações online em Antropologia pertencem à iniciativa privada, quase sempre ligadas a grandes corporações educacionais com fins lucrativos. Com efeito, no panorama da EaD no Brasil, destaca-se a presença dominante dessas grandes corporações, conhecidas como edtechs

Os resultados preliminares deste trabalho foram debatidos no webinar “Antropologia online: A expansão dos cursos de antropologia na Educação a Distância no Brasil”, realizado em 05 de novembro de 2024 (disponível no canal TV ABA no YouTube). O webinar contou com a apresentação dos professores Guillermo Vega Sanabria (CEC&T/UFBA) e Lucas Maroto Moreira (UFBA), os comentários de Antônio Carlos de Souza Lima (UFRJ), Mariana Balen Fernandes (Comitê Inserção Profissional do Antropólogo/UFRB) e Miriam Pillar Grossi (UFSC), assim como com a mediação de Deborah Bronz (Diretoria da ABA/UFF). O relatório correspondente, sob o mesmo título, será disponibilizado em breve no portal da ABA e por outros meios.

Mesmo não sendo da alçada direta da CEC&T, foram desenvolvidas outras atividades sob a responsabilidade direta e a ativa participação de seus integrantes, a saber:

5) Grupo de trabalho Ensinar e aprender Antropologia na 34ª. RBA.

A expansão que a Antropologia alcançou no Brasil nas últimas duas décadas é notável, tanto pelo incremento do número de cursos de pós-graduação e graduação quanto pela sua inserção em outros níveis educacionais e contextos profissionais. Ademais, uma vez que a própria expansão do ensino superior tem se baseado no subsídio à oferta de novas vagas na rede privada e na EaD, assistimos também ao surgimento de outras modalidades de formação, nem sempre claramente identificadas. Esse quadro exige uma reflexão mais atenta às transformações do ensino e do aprendizado da antropologia no país. A reflexão passa pela análise do processo formativo, em termos pedagógicos e didáticos. Porém, também remete à epistemologia, a ética e a relação entre teoria, métodos e história da Antropologia.

Este Grupo de Trabalho visou compreender os rumos da Antropologia como ciência e como prática profissional na atualidade. Os trabalhos reunidos, de modo geral, analisaram a formação em Antropologia e os desafios postos para sua realização. Também aprofundaram nos fundamentos históricos, epistemológicos, teóricos e pedagógicos do ensino e da aprendizagem da disciplina, que redundam no aperfeiçoamento da formação, não apenas de antropólogos e cientistas sociais, mas também de outros profissionais que, potencialmente, se beneficiam do conhecimento antropológico. Igual atenção mereceu o ensino e a aprendizagem de Antropologia na educação básica e em outros contextos, inclusive não escolares.

6) Prêmio ABA de ensino de Antropologia 2024

O prêmio retoma a iniciativa que surgiu durante a gestão da profa. Miriam Grossi e o do prof. Peter Fry, presidenta e vice-presidente da ABA de 2004 a 2006. Nesse período, foi criada a antiga Comissão de Ensino de Antropologia da ABA e, sob a coordenação da profa. Yovvne Maggie, também foi criado o “Prêmio ABA/Ford para inovação no ensino de Antropologia”. Embora de vida curta, esse prêmio serviu de inspiração para que, em 2020, fosse lançado o Prêmio ABA de ensino de Antropologia. Em 2024, o Prêmio chegou a sua terceira edição consecutiva, com suas duas categorias: uma para o melhor trabalho ou experiência documentada; e outra que destaca a excelência no trabalho docente na área. O Prêmio é uma resposta institucional às condições adversas às que vêm sendo submetidas as IES do país e, em particular, aos ataques oficiais contra as Ciências Sociais e Humanas. Ao mesmo tempo, o Prêmio reconhece os esforços realizados no sentido de repensar o cânone e as práticas pedagógicas na antropologia, em diferentes níveis e instituições educacionais. Não somente no Ensino Superior e nos em cursos de pós-graduação.

A Comissão Julgadora foi presidida pela profa. Suzana Cavalheiro de Jesus, da Unipampa e membro da CEC&T, junto às profas. Lívia Froes, do Instituto Federal Baiano, e Mylene Mizrahi, da PUC/RJ. A Comissão premiou na categoria “Melhor trabalho de ensino de antropologia do Brasil” a submissão intitulada “Trabalho de campo no coração da graduação: relato de uma experiência de ensino na formação de jovens antropólogas/os na Amazônia”, da profa. Michele Escoura Bueno, da Universidade Federal do Pará. Na edição de 2024, não foram submetidas indicações na categoria Excelência no Ensino de Antropologia.

7) Fórum das Coordenações dos Cursos de Graduação em Antropologia.

O objetivo do Fórum é partilhar experiências e os desafios da formação em Antropologia neste nível. Se até o início dos anos 2000, a formação em antropologia no Brasil restringia-se à pós-graduação, agora existe um apelo urgente para ampliar nosso trabalho e apoiar os esforços envidados nesse sentido. Como foi apontado na moção de criação do Fórum, na 32^a. RBA, em 2020, observamos que os cursos estão enraizados nas realidades locais dos vários *campi*, alguns abertos por iniciativas de interiorização do Ensino Superior, com presença numerosa de estudantes indígenas, quilombolas e negros, o que demonstra a vitalidade e importância destes cursos para contribuir para o entendimento e superação de problemas locais e contemporâneos.

Infelizmente, o cenário de desmonte das universidades públicas e de desvalorização da pesquisa e do pensamento científico, ameaça a continuidade dos cursos, amiúde considerados “pouco produtivos” em suas universidades pelo baixo número de matrículas e formandos. A constituição do Fórum visa criar um espaço de interlocução entre coordenadores dos cursos, para pensar estratégias de valorização e visibilização da graduação em antropologia, de inserção dos egressos no campo profissional, de mobilidade estudantil entre as instituições, de revisão de propostas curriculares, de dupla titulação e de cooperação internacional.

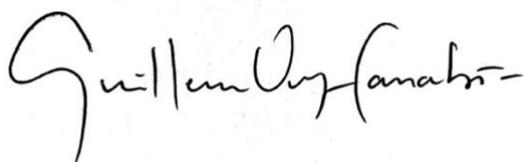
O Fórum reúne, neste momento, 12 cursos de universidades públicas no Brasil, criados entre 2004 e 2014, a saber: Universidade Federal do Amazonas – Campus Benjamin Constant, Universidade Federal Fluminense – Niterói, Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, Universidade Federal da Paraíba – Campus Rio Tinto, Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, Universidade Federal de Roraima – Boa Vista, Universidade Federal do Oeste do Pará – Santarém, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Campus Redenção, Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Foz de Iguaçu, Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, Universidade Federal do Sul da Bahia – Porto Seguro e Universidade Federal do Vale do São Francisco -São Raimundo Nonato.

Em 26 de julho de 2024, durante a 34^a. RBA, o Fórum teve uma reunião de trabalho da qual participaram os profs. Guillermo Vega Sanabria (Coordenador da CEC&T), Waldemir Rosa (Unila), Sabrina Finamori (UFMG), Florêncio Vaz (Ufopa), Alexandra Eliza Vieira Alencar (sub-coordenadora, UFSC), Rodrigo Oliveira Braga Reis (vice-coordenador, UFAM) e Fernando José Ciello (UFRR). A reunião teve como principal ponto de pauta apresentar

sumariamente a situação dos cursos de graduação em antropologia um balanço da situação atual dos cursos de graduação em antropologia (ver anexo).

Sem mais, aproveitamos o ensejo para agradecer à Diretoria da ABA, nas pessoas das professoras Andréa Zhouri Laschefski e Sônia Magalhães Santos, assim como à Secretaria, pelo o apoio dado a nossas iniciativas e tarefas ao longo dos últimos dois anos. Desejamos, enfim, completo sucesso à nova Diretoria na gestão que se inicia.

02 de janeiro de 2025

A handwritten signature in black ink, reading "Guillermo Vega Sanabria". The signature is written in a cursive, flowing style.

Prof. Dr. Guillermo Vega Sanabria
Coordenador da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

ANEXO

34ª. Reunião Brasileira de Antropologia
Reunião de Trabalho 07: Fórum das coordenações dos cursos de graduação em Antropologia
Sexta-feira, 26 de julho de 2024, 12:30 a 14:00
Belo Horizonte

Responsável: Guillermo Vega Sanabria, UFBA, Coordenador da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA.

Participantes: Waldemir Rosa (coordenador, Unila), Sabrina Finamori (coordenadora, UFMG), Florêncio Vaz (coordenador, Ufopa), Alexandra Eliza Vieira Alencar (sub-coordenadora, UFSC), Rodrigo Oliveira Braga Reis (vice-coordenador, UFAM) e Fernando José Ciello (coordenador, UFRR).

A reunião teve como principal ponto de pauta apresentar sumariamente a situação dos cursos de graduação em antropologia um balanço da situação atual dos cursos de graduação em antropologia.

Unila (Foz de Iguaçu, PR)

O curso de bacharelado foi criado em 2010 e oferece 50 vagas por ano; até 2015 conseguia preencher essa oferta. Pelo caráter internacional da universidade, há seleção dupla, com reserva da metade das vagas para nacionais brasileiros e metade para estudantes procedentes de outros países da América Latina. Todavia, a procura pelo curso vem diminuindo, até cair, aproximadamente, para 30 o número de ingressantes na chamada dos últimos anos. Registra-se também forte desistência logo no primeiro ano, restando, aproximadamente, 20 estudantes nessa altura. A quantidade de vagas ofertadas parece muito grande, especialmente diante do número reduzido de formandos efetivos. O recorde de titulados em um ano é de 12 estudantes. A Unila é uma universidade que surgiu no Reuni, até hoje não possui uma sede e enfrenta enormes dificuldade para se consolidar; portanto, não é uma situação única da antropologia. Há três anos criou-se um processo seletivo exclusivo para estudantes indígenas, o qual ajudou para a entrada de mais estudantes de nacionalidade brasileira. Entre os novos estudantes indígenas predominam os Ticunas. Algumas discussões permanecem em aberto: é preciso reduzir o número de vagas ofertadas? O fato de ser um curso vespertino dificulta? Deveria ser um curso noturno? Atualmente, o curso é atendido por oito professores de antropologia efetivos, além de contar com um visitante. Conta-se ainda com duas vagas docentes não preenchidas, pois também há dificuldade para reter os professores. Há 90 estudantes ativos, aproximadamente.

UFMG (Belo Horizonte, MG)

A gestão da atual coordenação iniciou em 2023. O curso foi criado em 2010 e oferta 40 vagas anuais. Até 2023, todos os estudantes formavam-se em antropologia e escolhiam a habilitação (antropologia ou arqueologia). Em 2024, implementou-se uma reforma curricular que migrou o curso para o modelo de tronco comum: os estudantes continuam ingressando via SISU, com a mesma oferta de 40 vagas anuais, mas ingressam no tronco comum em antropologia e arqueologia. Os quatro primeiros semestres do curso constituem, portanto, um troco comum em antropologia e arqueologia; depois a formação direciona-se à formação específica por meio da qual os estudantes obtêm o título de bacharel em uma dessas duas áreas. Há

aproximadamente 110 estudantes em antropologia, 70 em arqueologia e 40 do tronco comum. Desde ano passado, reservam-se duas vagas suplementares para indígenas. O curso tem uma das evasões mais altas da UFMG; ainda assim, tem formado, em média, 17 formandos por ano desde a primeira graduação. Houve uma baixa de formaturas durante a pandemia.

Trata-se de um curso vibrante, atendido por 25 professores do departamento de antropologia e arqueologia (15 da antropologia e 10 da arqueologia), entre os quais constata-se uma grande diversidade. O curso é noturno e o corpo discente é formado por muitas pessoas adultas, portadoras de diploma e mesmo professores universitários da UFMG, além de egressos do ensino médio. Há moradia estudantil e políticas de permanência, mas são ainda consideradas insuficientes pelos estudantes, dado o alto custo de vida na cidade. Em termos de colocação no mercado, estudantes têm estagiado durante o curso e, após a formatura, têm seguido para a pós-graduação em Antropologia na UFMG ou em outras universidades, consultorias privadas, institutos de patrimônio histórico (local e Iphan), museus. Muito trabalham em consultorias fazendo licenciamento ambiental nas duas áreas. Em 2023, uma pesquisa com egressos mostrou que cerca de 30% trabalha na área atualmente

Ufopa (Santarém, PA)

A gestão da atual coordenação iniciou em março de 2024, sendo o coordenador um professor indígena. O curso foi criado em dezembro em 2009 e implantado em 2010 como bacharelado em antropologia e arqueologia. Posteriormente, se deu a separação das duas áreas na graduação, ainda que os mesmos professores continuem a atuar juntos em um programa de pós-graduação com formação em antropologia e arqueologia. O curso oferece 30 vagas anuais, preenchidas por estudantes que quase sempre têm a antropologia como segunda ou terceira opção nas suas preferências quando do acesso à universidade. Há um alto índice de evasão, de modo que, no final dos primeiros anos, restam 20 estudantes e esse número vai caindo paulatinamente, até se formarem de oito a dez alunos por ano. No entanto, já houve formaturas com apenas um ou dois alunos. Existe, de fato, uma grande preocupação com a possibilidade de fechamento do curso. Em contraste com a antropologia, parece haver uma maior demanda pela arqueologia e esse curso consegue preencher as vagas. Interesse em arqueologia amazônica. Das 30 vagas reservam-se 04 para indígenas e 04 para quilombolas. A maioria de estudantes são adolescentes, atendidos por 11 professores muito comprometidos. Curso diurno.

UFSC (Florianópolis, SC)

A gestão da atual coordenação iniciou em dezembro de 2023. Como resultado da recente revisão do currículo do curso, optou-se pela transversalização das discussões de gênero e de raça em todas as disciplinas; o novo currículo aguarda o trâmite para a sua implementação. O curso oferece 100 vagas anuais por meio de vestibular, SISU e editais específicos. No último ano, ingressaram 38 estudantes, embora esse número oscile, aproximadamente, entre 20 e 30 a cada ano. Atualmente há 117 estudantes ativos, mas observa-se uma intensa troca de cursos. O curso é vespertino, o que parece ser uma dificuldade para estudantes que trabalham durante o dia; o curso atrai estudantes mais velhos, portadores de diploma ou de transferência. São 23 docentes do Departamento de antropologia os que atendem os cursos de graduação em antropologia, ciências sociais, museologia, serviço social e psicologia. Diante da paulatina precarização da universidade, há demandas de políticas de permanência dos estudantes, de uma antropologia mais empática e de mais canais de diálogo. Em geral, os estudantes têm dificuldade para ver a aplicabilidade da antropologia no mundo do trabalho.

UFAM (Benjamin Constant)

Trata-se do primeiro curso de graduação em antropologia do Brasil, criado em 2006; possui nota 4 do MEC e oferece 50 vagas anuais. Encontra-se atualmente em processo de reformulação do curso. Nos últimos anos registram-se apenas 10 alunos ingressantes por ano, aproximadamente. Mais da metade dos estudantes é de indígenas, sendo a maioria Ticunas. O curso é bem assistido em termos de políticas de permanência e de assistência, porém, há alta retenção e evasão de estudantes. Em média, formam-se 10 estudantes por ano. Desde 2011, contam-se ao redor de 130 formados. Existem preocupações com relação ao perfil do curso e a inserção dos egressos no mercado de trabalho. Seis professores efetivos respondem pelas atividades didáticas.

UFRR (Boa Vista, RR)

O curso foi criado em 2010 e oferece 50 vagas anuais: 20 pelo Enem, 20 por vestibular (que contempla ações afirmativas) e 10 por processo seletivo especial indígena. Ingressam, efetivamente, entre 15 e 17 estudantes cada ano. Além dos indígenas, o corpo discente é composto por estudantes mais velhos ou portadores de diploma; este fato suscita reflexões sobre o que exatamente pessoas com esse perfil estariam a buscar em um curso de graduação em antropologia. Nos registros oficiais, constam 108 alunos matriculados, alguns desde 2013. Porém, tal número pode ser inconsistente e, presumivelmente, o total de estudantes efetivamente ativos deve estar por volta dos 50. Formam-se, aproximadamente, cinco alunos por ano. Em geral, registram-se poucos ingressos e muita evasão. O curso é atendido por nove professores efetivos e mais três substitutos, os quais, curiosamente, atuam no bacharelado em antropologia e outros cursos, mas não no de ciências sociais. Enquanto a Reitoria da universidade tem aventado a possibilidade de fechar o curso, também se considera a possibilidade de fusioná-lo com o de ciências sociais.

Na segunda parte da reunião, compartilhamos impressões sobre algumas situações que parecem ser comuns aos cursos acima. Por exemplo, com relação à queda sistemática do número de ingressantes (fato apenas agravado pela pandemia de Covid-19), as altas taxas de evasão e de retenção, assim como o baixo número de titulados nos cursos de antropologia. Para avançar na elaboração de um quadro mais apurado nesse sentido, é preciso contar com um levantamento rigoroso desses indicadores e bases de dados confiáveis. Igualmente, é necessária uma discussão mais parcimoniosa sobre a viabilidade de possíveis soluções, como a oferta dos cursos em horário noturno, ou de discussões em torno ao perfil dos estudantes, as características dos currículos, novas demandas para a formação, a profissionalização e as dinâmicas do mercado de trabalho no Brasil. Em geral, falta ainda uma avaliação das condições em que foram criados cursos e universidades no contexto do Reuni.

No final, fizeram-se dois encaminhamentos: 1) criar um grupo de *WhatsApp* para agilizar os contatos, tendo em vista a alta rotatividade das pessoas nas coordenações dos cursos; 2) organizar uma nova reunião de trabalho presencial, até o fim de 2024, com o fim de avançar na caracterização geral dos cursos e consolidar uma agenda mínima deste Fórum da graduação em antropologia.